

Demonstrações Contábeis

PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar

I - BALANÇO PATRIMONIAL - Consolidado

(Em milhares de reais)

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>941</u>	<u>75</u>	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	<u>3.048</u>	<u>2.824</u>
			Gestão Previdencial	1.519	1.251
			Gestão Administrativa	1.529	1.573
<u>REALIZÁVEL</u>	<u>1.722.922</u>	<u>1.598.164</u>	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	<u>887</u>	<u>1.714</u>
Gestão Previdencial	12.084	5.340	Gestão Previdencial	821	1.619
Gestão Administrativa	354	613	Gestão Administrativa	66	95
Investimentos	1.710.484	1.592.211	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>1.720.575</u>	<u>1.594.500</u>
Títulos Públicos	805.989	790.006	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.712.700	1.588.099
Ativos Financeiros de Crédito Privado	3.704	18.620	Provisões Matemáticas	1.748.804	1.625.829
Fundos de Investimento	864.399	751.532	Benefícios Concedidos	1.083.363	986.621
Operações com Participantes	36.392	32.053	Benefícios a Conceder	665.441	639.208
<u>IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</u>	<u>647</u>	<u>799</u>	Equilíbrio Técnico	(36.104)	(37.730)
Imobilizado	437	472	Resultados Realizados	(36.104)	(37.730)
Intangível	210	327	(-) Déficit Técnico Acumulado	(36.104)	(37.730)
			Fundos	7.875	6.401
			Fundos Previdenciais	895	714
			Fundos Administrativos	4.635	3.444
			Fundos para Garantias das Operações com Participantes	2.345	2.243
TOTAL DO ATIVO	1.724.510	1.599.038	TOTAL DO PASSIVO	1.724.510	1.599.038

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15

PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

(Em milhares de reais)

Descrição	2022	2021	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	1.594.500	1.547.915	3,0
1. Adições	238.911	151.065	58,2
Contribuições Previdenciais	60.383	55.483	8,8
Portabilidade	2.074	142	1.360,6
Reversão de Fundos Administrativos	-	248	-
Outras Adições Previdenciais	9.667	-	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	155.386	85.608	81,5
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	213	-	-
Receitas Administrativas	10.574	8.976	17,8
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	486	183	165,6
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	26	286	(90,9)
Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	102	139	(26,6)
2. Deduções	(112.836)	(104.480)	8,0
Benefícios	(88.941)	(81.244)	9,5
Resgates	(9.119)	(7.726)	18,0
Portabilidade	(938)	(1.268)	(26,0)
Outras Deduções	(3.943)	(3.644)	8,2
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(228)	-
Despesas Administrativas	(9.895)	(10.122)	(2,2)
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios - Gestão Administrativa	-	(248)	-
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	126.075	46.585	170,6
Provisões Matemáticas	122.975	67.355	82,6
(Superavit/Déficit) Técnico do Exercício	1.626	(19.593)	(108,3)
Fundos Previdenciais	181	(391)	(146,3)
Fundos Administrativos	1.191	(925)	(228,8)
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	102	139	(26,6)
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	1.720.575	1.594.500	7,9

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15

PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2022	2021	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	360.713	339.217	6,3
1. Adições	55.016	55.159	(0,3)
Contribuições	3.497	3.786	(7,6)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.663	51.373	(18,9)
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	213	-	-
Outras Adições	9.643	-	-
2. Deduções	(36.869)	(33.663)	9,5
Benefícios	(35.418)	(32.327)	9,6
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(228)	-
Custeio Administrativo	(1.427)	(1.108)	28,8
Outras Deduções	(24)	-	-
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	18.147	21.496	(15,6)
Provisões Matemáticas	17.479	41.675	(58,1)
(Superavit/Déficit) Técnico do Exercício	668	(20.179)	(103,3)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	378.860	360.713	5,0
C) Fundos Não Previdenciais	(449)	(118)	280,5
Fundos Administrativos	(430)	(120)	258,3
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(19)	2	(1.050,0)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15

PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2022	2021	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	1.228.100	1.202.225	2,2
1. Adições	181.653	93.999	93,2
Contribuições	65.832	59.374	10,9
Portabilidade	2.074	142	1.360,6
Reversão de Fundos Administrativos	-	248	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	113.723	34.235	232,2
Outras Adições	24	-	-
2. Deduções	(75.018)	(68.124)	10,1
Benefícios	(53.523)	(48.917)	9,4
Resgates	(9.119)	(7.726)	18,0
Portabilidade	(938)	(1.268)	(26,0)
Custeio Administrativo	(7.519)	(6.569)	14,5
Outras Destinações	(3.919)	(3.644)	7,5
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	106.635	25.875	312,1
Provisões Matemáticas	105.496	25.680	310,8
Fundos Previdenciais	181	(391)	(146,3)
Superávit Técnico do Exercício	958	586	63,5
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	1.334.735	1.228.100	8,7
C) Fundos Não Previdenciais	1.742	(668)	(360,8)
Fundos Administrativos	1.621	(805)	(301,4)
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	121	137	(11,7)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15

PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar

IV- DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2022	2021	Variação %
1. Ativos	380.998	363.928	4,7
Disponível	6	6	-
Recebível Previdencial	12.305	5.863	109,9
Investimento	368.687	358.059	3,0
Títulos Públicos	352.704	333.168	5,9
Fundos de Investimentos	10.931	19.745	(44,6)
Operações com Participantes	5.052	5.146	(1,8)
2. Obrigações	1.545	2.173	(28,9)
Operacional	724	554	30,7
Contingencial	821	1.619	(49,3)
3. Fundos Não Previdenciais	593	1.042	(43,1)
Fundos Administrativos	223	653	(65,8)
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	370	389	(4,9)
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	378.860	360.713	5,0
Provisões Matemáticas	419.294	401.815	4,4
Déficit Técnico	(40.434)	(41.102)	(1,6)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(9.869)	(16.681)	(40,8)
a) Equilíbrio Técnico	(40.434)	(41.102)	(1,6)
b) (+) Ajuste de Precificação	30.565	24.421	25,2
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(9.869)	(16.681)	(40,8)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15

PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2022	2021	Variação %
1. Ativos	1.342.148	1.234.013	8,8
Disponível	915	43	2.027,9
Recebível Previdencial	4.443	2.960	50,1
Investimento	1.336.790	1.231.010	8,6
Títulos Públicos	453.285	456.838	(0,8)
Ativos Financeiros de Créditos Privados	3.704	18.620	(80,1)
Fundos de Investimentos	848.461	728.645	16,4
Operações com Participantes	31.340	26.907	16,5
2. Obrigações	1.026	1.268	(19,1)
Operacional	1.026	1.268	(19,1)
3. Fundos Não Previdenciais	6.387	4.645	37,5
Fundos Administrativos	4.412	2.791	58,1
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	1.975	1.854	6,5
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.334.735	1.228.100	8,7
Provisões Matemáticas	1.329.510	1.224.014	8,6
Superávit Técnico	4.330	3.372	28,4
Fundos Previdenciais	895	714	25,4
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.909	11.774	18,1
a) Equilíbrio Técnico	4.330	3.372	28,4
b) (+) Ajuste de Precificação	9.579	8.402	14,0
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	13.909	11.774	18,1

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15

PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

(Em milhares de reais)

	Descrição	2022	2021	Variação %
A)	Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.444	4.369	(21,2)
	1. Custeio da Gestão Administrativa	11.060	9.159	20,8
	1.1. Receitas	11.060	9.159	20,8
	Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	8.946	7.677	16,5
	Custeio Administrativo dos Investimentos	1.264	986	28,2
	Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	362	311	16,4
	Outras Receitas	2	2	-
	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	486	183	165,6
	2. Despesas Administrativas	(9.895)	(10.122)	(2,2)
	2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(9.895)	(10.122)	(2,2)
	Pessoal e Encargos	(6.565)	(7.021)	(6,5)
	Treinamentos/Congressos e Seminários	(45)	(30)	50,0
	Viagens e Estadias	(2)	-	-
	Serviços de Terceiros	(1.701)	(1.629)	4,4
	Despesas Gerais	(570)	(542)	5,2
	Depreciações e Amortizações	(272)	(279)	(2,5)
	Tributos	(740)	(621)	19,2
	3. Reversão de Contingências Administrativas	26	286	(90,9)
	4. Reversão de Recursos para Plano de Benefícios	-	(248)	-
	5. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4)	1.191	(925)	(228,8)
	6. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (5)	1.191	(925)	(228,8)
B)	Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+6)	4.635	3.444	34,6

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15

PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2022	2021	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	380.775	363.275	4,8
1. Provisões Matemáticas	419.294	401.815	4,4
1.1. Benefícios Concedidos	418.176	400.390	4,4
Benefício Definido	418.176	400.390	4,4
1.2. Benefícios a Conceder	1.118	1.425	(21,5)
Benefício Definido	1.118	1.425	(21,5)
2. Equilíbrio Técnico	(40.434)	(41.102)	(1,6)
2.1. Resultados Realizados	(40.434)	(41.102)	(1,6)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(40.434)	(41.102)	(1,6)
3. Fundos	370	389	(4,9)
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	370	389	(4,9)
4. Exigível Operacional	724	554	30,7
4.1. Gestão Previdencial	724	554	30,7
5. Exigível Contingencial	821	1.619	(49,3)
5.1. Gestão Previdencial	821	1.619	(49,3)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15

PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2022	2021	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.337.736	1.231.222	8,7
1. Provisões Matemáticas	1.329.510	1.224.014	8,6
1.1. Benefícios Concedidos	665.187	586.231	13,5
Contribuição Definida	583.406	508.445	14,7
Benefício Definido - Parte BSPS	81.781	77.786	5,1
1.2. Benefícios a Conceder	664.323	637.783	4,2
Contribuição Definida	657.415	630.251	4,3
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	268.957	255.659	5,2
Saldo de Contas - Parcela Participantes	388.458	374.592	3,7
Benefício Definido - Parte BSPS	6.908	7.532	(8,3)
2. Equilíbrio Técnico	4.330	3.372	28,4
2.1. Resultados Realizados	4.330	3.372	28,4
Superávit Técnico Acumulado	4.330	3.372	28,4
Reserva de Contingência	4.330	3.372	28,4
3. Fundos	2.870	2.568	11,8
3.1. Fundos Previdenciais	895	714	25,4
3.1. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	1.975	1.854	6,5
4. Exigível Operacional	1.026	1.268	(19,1)
4.1. Gestão Previdencial	1.026	1.268	(19,1)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15

PREVIG - SOCIEDADE DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar (“PREVIG” ou “Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Seu funcionamento foi autorizado através da Portaria nº 991, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2002. Instituída pela Tractebel Energia S.A. (“Tractebel”), hoje nominada Engie Brasil Energia S.A., a PREVIG tem como finalidade principal, na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, através de múltiplos Planos Privados por ela administrados, complementar os benefícios a que têm direito a auferir, como segurados da Previdência Social, os seus participantes e respectivos dependentes.

A PREVIG administra dois Planos de Benefícios: (i) Plano de Benefícios Definidos (“Plano BD”), no qual o valor dos benefícios a que o participante terá direito no futuro é previamente definido tendo por base fórmulas de cálculos estabelecidas no Regulamento; e (ii) Plano de Contribuição Definida (“Plano CD”), no qual a contribuição para o plano que é previamente definida e o valor do benefício que o participante irá receber no futuro depende do saldo acumulado dessas contribuições, acrescido da rentabilidade obtida com as aplicações. O primeiro foi encerrado para novas inscrições em 05 de outubro de 2004, data da aprovação do segundo, conforme comunicação da SPC efetuada através do Ofício nº 1.998 DAJUR/SPC. Uma parcela do Plano CD é formada pelo Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), devido aos participantes que optaram em manter o direito ao benefício de aposentadoria, acumulado até a data da migração, vigorando com as mesmas regras do plano de origem, o Plano BD.

Nessa mesma data, a Engie Brasil Energia firmou Convênio de Adesão com a PREVIG passando a oferecer o Plano CD aos seus empregados e dando início ao processo de migração previsto no Regulamento. A efetiva inscrição de participantes no Plano CD teve início em janeiro de 2005. O Plano CD foi instituído com as modalidades de Contribuição Definida (“CD Puro”) e de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”) para os empregados da Patrocinadora Engie Brasil Energia e da PREVIG que optaram pela migração do Plano BD para o Plano CD.

Atualmente, o Plano CD é patrocinado pela Engie Brasil Energia, sua instituidora, Engie Brasil Participações Ltda., Tractebel Engineering Ltda., PREVIG, ELOSAÚDE Associação de Assistência à Saúde, Jirau Energia, Usina Termelétrica Pampa Sul S.A, Diamante Geração de Energia Ltda. e Transportadora Associada de Gás S.A., Engie Soluções de Operação e Manutenção Ltda. (convênio firmado em outubro de 2021, porém com adesão ao plano a partir de janeiro 2022).

Os planos de benefícios são registrados na PREVIC sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB):

CNPB	Sigla do Plano
2002.0015-29	PREVIG BD
2004.0024-92	PREVIG CD

A PREVIG possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as seguintes composições de participantes, segregados por patrocinadora:

Patrocinadoras	Engie Brasil Energia		Tractebel Engineering		JIRAU Energia		Engie Brasil Partic.		PREVIG		ELOSAÚDE		PAMPA SUL		DIAMANTE		TAG		ESOM		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos	920	873	538	516	281	292	75	79	17	21	33	22	89	79	324	304	140	121	169	-	2.586	2.307
Autopatrocinadores	18	16	43	45	10	11	13	10	4	2	5	4	1	4	-	-	-	-	-	-	94	92
Benef. Proporc. Diferido - BPD	65	52	60	59	21	21	19	13	2	3	1	-	11	12	4	3	2	-	-	-	185	163
Assistidos	759	743	23	23	8	8	7	5	19	17	-	-	11	9	50	38	-	-	-	-	877	843
Pensionistas	110	100	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	2	2	1	1	-	-	-	-	117	107
	1.872	1.784	666	645	322	334	114	107	42	43	39	26	114	106	379	346	142	121	169	-	3.859	3.512

A composição populacional por plano de benefício e idade média, está descrita a seguir:

Plano BD	2022		2021		Plano CD	2022		2021	
	Nº Participantes	Idade Média	Nº Participantes	Idade Média		Nº Participantes	Idade Média	Nº Participantes	Idade Média
Ativos	-	-	1	55	Ativos	2.586	40	2.306	40
Autopatrocinadores	-	-	-	-	Autopatrocinadores	94	43	92	43
Benefício Proporcional Diferido - BPD	3	55	3	55	Benefício Proporcional Diferido - BPD	182	42	160	42
Assistidos	355	70	360	69	Assistidos	522	62	483	62
Pensionistas	82	65	72	66	Pensionistas/Grupo	35	50	35	50
Total	440	-	436	-	Total	3.419	-	3.076	-

1.1. Resumo das Principais Práticas Contábeis

A contabilidade da PREVIG é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos Planos de Benefícios de forma a identificar, separadamente, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa (“PGA”), para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções pré-determinadas.

A PREVIG adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Nos Planos BD, BSPS e PGA, todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, independentemente de sua realização, e os registros relativos às contribuições de autopatrocinados e de participantes vinculados ao Plano CD (exceto BSPS) são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com o artigo 10 da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021.

Os registros das despesas administrativas são feitos por meio de sistema de alocação direta a cada Plano, combinados com o rateio das despesas comuns aos mesmos de forma proporcional aos respectivos recursos garantidores.

O superávit ou déficit técnico do exercício é apurado pela diferença entre a variação do ativo líquido (ativo total menos o exigível operacional, exigível contingencial e fundos não previdenciais) e a variação das provisões matemáticas.

A destinação e utilização do superávit e o equacionamento de déficit, deve atender as regras na gestão atuarial dos planos de benefícios, de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 23 de outubro de 2020.

Apesar do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)06, (R2), que comenta a respeito das escriturações contábeis decorrentes de arrendamentos, estar vigente desde janeiro de 2019, é um tema que merece melhores estudos para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. A principal justificativa é a relação custo *versus* benefício desta norma para a realidade do Plano de Gestão Administrativa - PGA. Na prática, teria que se falar em financiamento no PGA, bem como registro de juros na DPGA, o que não é a realidade do plano, sendo uma das justificativas da não aplicação.

A aplicação dos CPCs no segmento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar é estudada por uma comissão de contadores deste setor, sendo alguns não aplicados, como no caso do CPC 06(R2), que trata de arrendamentos.

1.1.1. Realizável

1.1.1.1. Gestão Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes, além das contribuições contratadas devidas pela patrocinadora Engie Brasil Energia.

1.1.1.2. Gestão Administrativa

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes.

1.1.2. Investimentos

Foram observadas as legislações estabelecidas pelo Banco Central – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e para fins de registro considerados os critérios do Capítulo III Registro e Avaliação Contábil de Títulos e Valores Mobiliários da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, que estabelece que os respectivos títulos devam ser registrados pelo valor efetivamente pago, e classificados, dependendo de sua categoria, em “Títulos para Negociação” e estão ajustados pelo valor de mercado e em “Títulos Mantidos até o Vencimento” que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas a modalidade de aplicação.

Os títulos e valores mobiliários pertencentes aos planos de benefícios estão custodiados no Banco Itaú S.A.

1.1.2.1. Títulos Públicos

Os títulos públicos alocados na carteira administrada pela PREVIG são todos de emissão do Tesouro Nacional registrados como “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento” dependendo das características de cada plano de benefícios e com vencimentos variando até 2050.

1.1.2.2. Ativos Financeiros de Créditos Privados

Os títulos privados de renda fixa são Debêntures Não Conversíveis, alguns indexados a índices de preços e outros indexadas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

1.1.2.3. Fundos de Investimentos

Os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos Multimercados e Fundos de Investimentos em Ações estão todos precificados a valor de mercado e tem seus registros com base no valor das cotas na data do balanço. Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios têm seus ativos avaliados conforme definido em seus respectivos regulamentos.

1.1.2.4. Operações com Participantes

Representam o montante de recursos emprestados aos participantes ativos e assistidos nos termos das normas estatutárias e regulamentares, contabilizados pelo valor original, acrescido dos encargos contratuais auferidos até a data do balanço.

1.1.3. Ativo Permanente

1.1.3.1. Imobilizado

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis e utensílios, 15% para aparelhos cinematográficos (som e projeção), algumas máquinas e equipamentos estão com a taxa de 10%, no entanto após análise desta categoria, as novas aquisições de máquinas e equipamentos são depreciadas a taxa de 20%. O mesmo acontece com equipamentos de informática, com depreciação de 20% para os que foram cadastrados antes de 2019, e 33,33% para novas aquisições. Tais valores são reconhecidos como uma despesa do PGA, em consonância com a Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações posteriores.

1.1.3.2. Intangível

No intangível são registrados os gastos com aquisições de licenças e direitos de uso de softwares e benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizados à taxa de 20% ao ano e reconhecidos como despesa do PGA. Os gastos com desenvolvimento de software também são registrados no intangível e amortizados à mesma taxa a partir de sua entrada em operação, em consonância com a Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações posteriores.

1.1.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme número de dias de atraso, atendendo ao disposto no artigo 19, Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações posteriores.

são adotados os seguintes percentuais sobre os valores vencidos e vincendos:

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa

Período de Atraso	% Provisão
Entre 31 dias e 60 dias	1%
Entre 61 dias e 90 dias	5%
Entre 91 dias e 120 dias	10%
Entre 121 dias e 180 dias	25%
Entre 181 dias e 240 dias	50%
Entre 241 dias e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

1.1.5. Exigível Operacional

Representa as obrigações incorridas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

1.1.5.1. Gestão Previdencial

Registra as obrigações da Entidade em relação ao pagamento da folha de benefício e seus encargos legais, decorrentes dos Regulamentos dos Planos.

1.1.5.2. Gestão Administrativa

Registra as obrigações de ordem administrativa da Entidade.

1.1.6. Exigível Contingencial

Representa as provisões relacionadas às demandas judiciais de qualquer natureza, com risco provável de realização, as quais são avaliadas por consultoria jurídica.

1.1.7. Patrimônio Social

1.1.7.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

Representa os Benefícios Concedidos, a Conceder e Resultados Realizados com base no Demonstrativo Atuarial dos planos de benefícios.

1.1.7.1.1. Provisões Matemáticas

É constituído com base na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, a qual é realizada por atuário independente, compreendendo benefícios concedidos e a conceder, tendo por base os Regulamentos dos Planos de Benefícios da Entidade.

1.1.7.2. Fundos

Registram os resultados acumulados obtidos pela Entidade com a Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, assim como o Fundo dos Investimentos constituído para quitação de empréstimos decorrente de falecimento ou inadimplência de participante.

1.2. Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição de dezembro de 2022 e 2021, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que administram os processos.

1.3. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

1.3.1. Legislação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo

Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, que passou a partir da publicação da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, a denominar-se Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Foram também observadas as disposições estabelecidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das Demonstrações Contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a ser observado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, assim como as disposições previstas na Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 e Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e suas alterações posteriores.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e refletem a posição consolidada de todos os Planos administrados pela Entidade.

1.3.2. Demonstrações Contábeis

De acordo com o artigo 31 da Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, são apresentadas as seguintes Demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2023.

1.3.3. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares.

2 RECURSOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

2.1. Custeio Administrativo

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 48, de 08 de dezembro de 2021, a qual revogou a Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabelece regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribui ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes de custeio de acordo com os regulamentos dos Planos de Benefícios, por ocasião da aprovação do orçamento anual, os quais deverão estar expressamente previstos no plano de custeio. Cabe ainda ao referido Conselho fixar os critérios quantitativos e qualitativos das despesas administrativas, indicadores de gestão e metas.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma Política de Investimentos para o PGA, a exemplo do que ocorre com os Planos de Benefícios.

Diante disto, o Conselho Deliberativo da PREVIG, por meio da deliberação DCD-044-04, em 14 de dezembro de 2009, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2010, conforme previsto no Capítulo II da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, que revogou a Resolução 29/2018.

2.1.1. Plano BD e Plano CD (BSPS)

De acordo com os regulamentos dos Planos, os custeios dos mesmos não contemplam a taxa de administração. A Patrocinadora Engie Brasil Energia é responsável pelas despesas administrativas da Gestão Previdencial, enquanto as despesas de investimentos são custeadas pelas rentabilidades dos Planos.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial e de Investimentos são registradas no PGA, através de centros de custos específicos. As despesas da Gerência de Investimentos são integralmente registradas no grupo de despesas relativas aos Investimentos e as despesas das Gerências de Segurança e de Atendimento e Comunicação são integralmente registradas no grupo de despesas relativas à Gestão Previdencial. As despesas das demais áreas (Controladoria, Sistemas de Informação, Diretorias e Conselhos) são rateadas com base na proporção dos custos diretos da Gestão Previdencial e de Investimentos.

2.1.2. Plano de Contribuição Definida – Plano CD

As despesas administrativas são custeadas à razão de 50% para as Patrocinadoras e 50% para os participantes e assistidos.

A partir de 2008, a Patrocinadora Engie Brasil Energia passou a assumir 100% das despesas administrativas equivalentes ao Saldo de Conta Total dos seus empregados, migrados do Plano BD para o Plano CD, posicionado em 31/10/2004, desde que atendida uma das seguintes condições: (i) participante possuía vínculo empregatício com a Engie Brasil Energia em novembro de 2007, data do início da vigência do Acordo Coletivo; e (ii) participante está em gozo de complementação de aposentadoria ou pensão, sem que estas tenham sido iniciadas a partir da situação de participante na condição de autopatrocinador ou Benefício Proporcional Diferido (BPD).

3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Eliminações das transações entre planos

Os saldos ativos e passivos resultantes das transações entre planos foram eliminados quando da elaboração do Balanço Patrimonial Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

	2022				2021			
	BD	CD	PGA	Total	BD	CD	PGA	Total
Gestão Administrativa - Contas a Receber	-	-	575	575	-	-	1.467	1.467
Gestão Previdencial - Contas a Receber	-	28	-	28	2	37	-	39
Total do Ativo	-	28	575	603	2	37	1.467	1.506
Gestão Administrativa - Outras Exigibilidades	-	-	(372)	(372)	-	-	(935)	(935)
Gestão Previdencial - Outras Exigibilidades	(109)	(122)	-	(231)	(155)	(416)	-	(571)
Total do Passivo	(109)	(122)	(372)	(603)	(155)	(416)	(935)	(1.506)

4 REALIZÁVEL

4.1. Gestão Previdencial

Registra os recursos a receber referente a contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, com vencimento em janeiro de 2023, contribuições contratadas e outros valores inerentes à atividade de natureza previdenciária.

	2022			2021		
	BD	CD	Consolidado	BD	CD	Consolidado
Contribuições Contratadas	2.255	-	2.255	4.687	131	4.818
Contribuições s/13º	-	-	-	12	-	12
Recursos a Receber	2.255	-	2.255	4.699	131	4.830
Terceiros	2	2	4	19	-	19
Valores a Receber ELOS ⁽¹⁾	9.673	-	9.673	-	-	-
Valores a Receber Patrocinadora ⁽²⁾	152	-	152	491	-	491
Outros Realizáveis	9.827	2	9.829	510	-	510
	12.082	2	12.084	5.209	131	5.340

⁽¹⁾ ELOS - Precatórios OFND

⁽²⁾ Patrocinadora (ver nota 7.1)

⁽¹⁾ O valor reconhecido na rubrica 1.02.01.99.01.03.00 – Devedores Diversos – Pessoas Jurídicas, em 2022 corresponde ao montante a ser recebido da ELOS do valor total dos precatórios das OFNDs, de acordo com a descrição abaixo.

A Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada - ABRAPP, representando suas associadas, ajuizou, em junho de 1986, ação contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES e contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, questionando a mudança de critério de correção das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND, títulos adquiridos por força do Decreto-Lei nº 2.228, de 23/07/1986 e da Resolução nº 1, de 09/04/1987.

A diferença de correção monetária requerida refere-se ao período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC – Índice de Preços ao Consumidor para o BTN – Bônus do Tesouro Nacional. A Ação foi julgada favorável à ABRAPP e, em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão de trânsito em julgado, porém o poder público se utilizou de todas as medidas possíveis para protelar o pagamento.

A Fundação ELOS, como associada da ABRAPP faz parte dessa ação e do acordo entre a ABRAPP e a União Federal.

Em 2021, foram realizadas tratativas de acordo entre a ABRAPP e a União Federal, as quais visaram a forma de recebimento da diferença de correção monetária das OFND, sendo aprovadas as premissas básicas para a celebração do acordo pelas entidades - incluindo a Fundação ELOS - conforme deliberação realizada na Assembleia Geral Extraordinária da ABRAPP de 23 de novembro de 2021 e o Termo de Adesão à Proposta de Acordo OFND já assinado por aquela Entidade.

O acordo judicial foi assinado e homologado, sendo que os precatórios provenientes do acordo foram emitidos em 01 de abril de 2022. Do montante total, 20,83% são devidos à PREVIC, conforme estabelece o "Termo de Acordo de Separação de Ativos e Passivos e Termo de Acordo para Transferência parcial dos Direitos e Obrigações do Plano de Benefícios de Responsabilidade da Tractebel Energia na ELOS para gerenciamento da PREVIC".

O valor registrado contabilmente em 2022 de R\$ 9.673 é atualizado mensalmente através do IPCA-E, com um mês de defasagem, até a data do efetivo recebimento.

E ainda de acordo com o ofício circular PREVIC 14 de 20 julho de 2022, os precatórios emitidos em nome de outra Entidade, não devem ser contabilizados no grupo dos investimentos.

4.1.1. Contribuições Contratadas

Os valores registrados como contribuições contratadas correspondem aos seguintes contratos firmados entre a Entidade e a Patrocinadora Engie Brasil Energia:

- a) Contrato Particular de Financiamento da Insuficiência de Cobertura das Reservas Matemáticas decorrentes do processo de migração, firmado em 28/04/2006 e seu Termo Aditivo nº 1, firmado em 28/09/2009, no montante de R\$ 16.487, decorrente do processo de migração do Plano BD para o Plano CD, em 31/07/2005. Em 31/12/2022, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - tranche 1: finalizado em abril de 2022 e tranche 2, finalizado em abril de 2014; (ii) encargos - tranche 1: INPC divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações mensais - tranche 1: calculadas com base no sistema francês de amortização; (iv) saldo devedor - tranche 1: (R\$ 953 em 2021 - R\$ 822 Plano BD e R\$ 131 Plano CD/BSPS). Contrato finalizado em abril/2022;
- b) Contrato Particular de Financiamento da diferença de Reserva Matemática proveniente da elevação do piso mínimo de benefícios do Plano BD, firmado em 28/09/2009, no montante de R\$ 1.329. Em 31/12/2022, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - até setembro de 2024; (ii) encargos – INPC, do IBGE, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações anuais - calculadas com base no sistema francês de amortização; e (iv) saldo devedor R\$ 593, (R\$ 817 em 2021);
- c) Contrato Particular de Financiamento de Provisão Matemática a Constituir, firmado em 27/03/2006, no montante de R\$ 6.396, correspondente ao saldo de Provisão Matemática a Constituir, apurada no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial do Plano BD em

31/12/2004. Em 31/12/2021, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - até dezembro de 2023; (ii) encargos – INPC, do IBGE, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações mensais - calculadas com base no sistema francês de amortização; e (iv) saldo devedor - R\$ 1.662, (R\$ 3.048 em 2021).

4.2. Gestão Administrativa

Registra os recursos a receber referentes ao custeio administrativo de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, com vencimento em janeiro de 2023, adiantamentos a empregados e outros valores inerentes à atividade de administração dos Planos de Benefícios.

	2022			2021		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	PGA BD	PGA CD	Consolidado
Contribuições para Custeio Administrativo	206	40	246	382	141	523
Credores - Terceiros	77	-	77	77	-	77
Responsabilidade de Empregados	3	-	3	5	-	5
Tributos a Compensar	18	4	22	-	-	-
Despesas Antecipadas	6	-	6	8	-	8
	310	44	354	472	141	613

4.3. Investimentos

Registra as aplicações dos recursos dos Planos de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

	2022				2021			
	Plano				Plano			
	BD	CD	PGA	Consolidado	BD	CD	PGA	Consolidado
RENDA FIXA	363.635	1.227.189	5.007	1.595.831	352.913	1.105.155	3.142	1.461.210
Aplicações em Instituições Financeiras	10.931	770.200	5.007	786.138	19.745	648.317	3.142	671.204
Cotas FAQ – Renda Fixa	10.931	770.200	5.007	786.138	19.745	629.697	3.142	652.584
Certificado de Depósito Bancário - DPGE	-	-	-	-	-	18.620	-	18.620
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	352.704	453.285	-	805.989	333.168	456.838	-	790.006
Títulos de Empresas	-	3.704	-	3.704	-	-	-	-
Debêntures Não Conversíveis	-	3.704	-	3.704	-	-	-	-
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-	21.941	-	21.941	-	20.625	-	20.625
RENDA VARIÁVEL	-	56.320	-	56.320	-	78.323	-	78.323
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.052	31.340	-	36.392	5.146	26.907	-	32.053
Empréstimos	5.068	31.632	-	36.700	5.157	27.121	-	32.278
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(16)	(292)	-	(308)	(11)	(214)	-	(225)
	368.687	1.336.790	5.007	1.710.484	358.059	1.231.010	3.142	1.592.211

4.3.1. Categorias dos Títulos e Valores Mobiliários

Atendendo às disposições estabelecidas no Capítulo III Registro e Avaliação Contábil de Títulos e Valores Mobiliários da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários mantidos pela Entidade, passíveis de classificação nas categorias de “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação”, estavam assim representados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

CONSOLIDADO									
2022									
Tipo	Vctos	Títulos mantidos até o vencimento			Títulos para negociação		2021		
		Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total	Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	
						Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total
Títulos de responsabilidade do Governo Federal									
NTN-B	2022	-	-	-	-	8.234	-	-	8.234
NTN-B	2023	1.611	-	-	1.611	1.524	-	-	1.524
NTN-B	2024	66.437	-	40.521	106.958	61.981	-	39.304	101.285
NTN-B	2025	-	-	100.284	100.284	-	-	97.570	97.570
NTN-B	2026	8.022	-	-	8.022	7.790	-	-	7.790
NTN-B	2028	23.285	-	13.372	36.657	22.468	-	13.299	35.767
NTN-B	2030	77.866	-	13.443	91.309	73.565	-	13.417	86.982
NTN-B	2032	2.695	-	-	2.695	-	-	-	-
NTN-B	2035	62.106	-	33.187	95.293	58.731	-	33.779	92.510
NTN-B	2040	63.351	-	80.452	143.803	59.870	-	82.560	142.430
NTN-B	2045	28.407	-	92.714	121.121	26.766	-	95.456	122.222
NTN-B	2050	92.259	-	5.977	98.236	87.452	-	6.240	93.692
		426.039	-	379.950	805.989	408.381	-	381.625	790.006
Aplicações em Instituições não Financeiras									
Debêntures TEPE		-	3.704	-	3.704	-	-	-	-
		-	3.704	-	3.704	-	-	-	-
Aplicações em Instituições Financeiras									
DPGEs	2022	-	-	-	-	-	18.620	-	18.620
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	-	-	-	864.399	864.399	-	-	751.532	751.532
		-	-	864.399	864.399	-	18.620	751.532	770.152
		426.039	3.704	1.244.349	1.674.092	408.381	18.620	1.133.157	1.560.158

Entende-se como “Títulos mantidos até o vencimento” os papéis cuja intenção é a manutenção em carteira até o vencimento, devem ter prazo a decorrer mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e devem ser considerados pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no país, como de baixo risco de crédito. A categoria “Títulos para negociação” compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados a qualquer momento, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento.

¹ **DPGE's (Depósito a Prazo com Garantia Especial)** - É um título de renda fixa, emitido por bancos de pequeno a médio porte. Criado em abril de 2009, o DPGE se destaca por oferecer uma garantia ampliada do FGC (Fundo Garantidor de Crédito), maior que aquela oferecida normalmente em outros títulos de renda fixa.

PLANO BD								
Tipo	Vctos	2022			2021			
		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	
		Custo Amortizado	Mercado	Total	Custo Amortizado	Mercado	Total	
Títulos de responsabilidade do Governo Federal (*)								
NTN-B	2024	57.796	-	57.796	2024	53.775	-	53.775
NTN-B	2026	8.022	-	8.022	2026	7.790	-	7.790
NTN-B	2028	23.285	-	23.285	2028	22.468	-	22.468
NTN-B	2030	59.051	-	59.051	2030	55.710	-	55.710
NTN-B	2035	53.409	-	53.409	2035	50.462	-	50.462
NTN-B	2040	41.095	-	41.095	2040	38.814	-	38.814
NTN-B	2045	28.407	-	28.407	2045	26.766	-	26.766
NTN-B	2050	81.639	-	81.639	2050	77.383	-	77.383
		352.704	-	352.704		333.168	-	333.168
Aplicações em Instituições Financeiras								
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI		-	10.931	10.931		-	19.745	19.745
		352.704	10.931	363.635		333.168	19.745	352.913

As NTN-Bs do Plano BD que estão marcadas na curva contam com um patrimônio de R\$ 352.704 em 31/12/2022.

Caso fossem marcados a preço de mercado este patrimônio teria uma diminuição de R\$ 9.047, totalizando R\$ 343.657, em 31/12/2022.

PLANO CD									
Tipo	Vctos	2022				2021			
		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	
		Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total	Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total
Títulos de responsabilidade do Governo Federal									
NTN-B	2022	-	-	-	-	8.234	-	-	8.234
NTN-B	2023	1.611	-	-	1.611	1.524	-	-	1.524
NTN-B	2024	8.641	-	40.521	49.162	8.206	-	39.304	47.510
NTN-B	2025	-	-	100.284	100.284	-	-	97.570	97.570
NTN-B	2028	-	-	13.372	13.372	-	-	13.299	13.299
NTN-B	2030	18.815	-	13.443	32.258	17.855	-	13.417	31.272
NTN-B	2032	2.695	-	-	2.695	-	-	-	-
NTN-B	2035	8.697	-	33.187	41.884	8.269	-	33.779	42.048
NTN-B	2040	22.256	-	80.452	102.708	21.056	-	82.560	103.616
NTN-B	4045	-	-	92.714	92.714	-	-	95.456	95.456
NTN-B	2050	10.620	-	5.977	16.597	10.069	-	6.240	16.309
		73.335	-	379.950	453.285	75.213	-	381.625	456.838
Aplicações em Instituições não Financeiras									
Debêntures TEPE		-	3.704	-	3.704	-	-	-	-
		-	3.704	-	3.704	-	-	-	-
Aplicações em Instituições Financeiras									
DPGEs	2022	-	-	-	-	-	18.620	-	18.620
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	-	-	-	848.461	848.461	-	-	728.645	728.645
		-	-	848.461	848.461	-	18.620	728.645	747.265
		73.335	3.704	1.228.411	1.305.450	75.213	18.620	1.110.270	1.204.103

As NTN-Bs do Plano CD que estão marcadas na curva contam com um patrimônio de R\$ 73.335 em 31/12/2022.

Caso fossem marcados a preço de mercado este patrimônio teria uma diminuição de R\$ 4.095, totalizando R\$ 69.240, em 31/12/2022.

Tipo	PLANO PGA	
	2022	2021
	Títulos para negociação	Títulos para negociação
	Mercado	Mercado
Aplicações em Instituições Financeiras		
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	<u>5.007</u>	<u>3.142</u>

O valor de mercado dos títulos de responsabilidade do Governo Federal mantidos até o vencimento foi apurado com base em dados de negociação divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANBIMA.

A classificação na categoria de “Títulos mantidos até o vencimento” está consubstanciada na capacidade financeira da Entidade de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis.

4.3.2. Títulos por Gestor

Os “Títulos mantidos até o vencimento” e os “Títulos para negociação” estão sob a administração dos seguintes gestores:

Gestor - CONSOLIDADO	2022	2021
BV Asset (1)	786.132	652.560
Gama Investimentos (2)	21.941	6.110
Oceana Investimentos (2)	13.508	13.343
Vinci Partners (3)	11.217	-
Itaú Asset Management (1)	10.595	-
Constellation Asset Management (4)	10.569	12.372
Kadima Asset Management (4)	5.178	-
Itaú Asset Management (BOVV11) (1)	3.595	10.185
BlackRock (BOVA11) (5)	1.658	9.171
Genial Banco (6)	6	24
Itaú Unibanco (SPX11) (1)	-	14.515
Pacífico Gestão de Recursos (2)	-	12.121
VELT Partners (4)	-	11.961
Bradesco Asset Management (BOVB11) (3)	-	9.170
	<u>864.399</u>	<u>751.532</u>
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs, DPGE (7), Debêntures (1)	<u>809.693</u>	<u>808.626</u>
	<u>1.674.092</u>	<u>1.560.158</u>

Custodiantes:

- (1) Banco Itaú Unibanco
- (2) BNY Mellon Banco
- (3) Banco Bradesco S/A
- (4) Banco BTG Pactual
- (5) BNP Paribas
- (6) Banco Genial
- (7) Paraná Banco

Gestor - PLANO BD	2022	2021
BV Asset (1)	10.929	19.737
Genial Banco (2)	<u>2</u>	<u>8</u>
	10.931	19.745
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs (1)	<u>352.704</u>	<u>333.168</u>
	<u>363.635</u>	<u>352.913</u>

Custodiantes:

(1) Banco Itaú Unibanco

(2) Banco Genial

Gestor - PLANO CD	2022	2021
BV Asset (1)	770.196	629.681
Gama Investimentos (2)	21.941	6.110
Oceana Investimentos (2)	13.508	13.343
Vinci Partners (3)	11.217	-
Itaú Asset Management (1)	10.595	-
Constellation Asset Management (4)	10.569	12.372
Kadima Asset Management (4)	5.178	-
Itaú Asset Management (BOVV11) (1)	3.595	10.185
BlackRock (BOVA11) (5)	1.658	9.171
Genial Banco (6)	4	16
Itaú Unibanco (SPXI11) (1)	-	14.515
Pacífico Gestão de Recursos (2)	-	12.121
VELT Partners (4)	-	11.961
Bradesco Asset Management (BOVB11) (3)	<u>-</u>	<u>9.170</u>
	848.461	728.645
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs, DPGE (7), Debêntures (1)	<u>456.989</u>	<u>475.458</u>
	<u>1.305.450</u>	<u>1.204.103</u>

Custodiantes:

(1) Banco Itaú Unibanco

(2) BNY Mellon Banco

(3) Banco Bradesco S/A

(4) Banco BTG Pactual

(5) BNP Paribas

(6) Banco Genial

(7) Paraná Banco

Gestor - PGA	2022	2021
BV Asset (1)	<u>5.007</u>	<u>3.142</u>
	<u>5.007</u>	<u>3.142</u>

Custodiantes:

(1) Banco Itaú Unibanco

4.3.3. Limites de Investimentos

A Entidade está enquadrada nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, a qual disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4.3.4. Ajuste de Precificação

A Instrução Normativa PREVIC nº 33, de 19 novembro de 2020, estabelece as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Dispõe sobre o ajuste de precificação dos títulos públicos federais. Ressalta-se que os ajustes de precificação não são objeto de registro contábil.

4.3.4.1. Plano BD

O valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2022, demonstrados no quadro abaixo apresenta resultado positivo de R\$ 30.565.

NTN-B's calculadas à taxa de juros da avaliação atuarial				NTN-B's ao custo amortizado				Ajuste de precificação
Título	Vencimento	Quantidade	31.12.2022	Título	Vencimento	Quantidade	31.12.2022	31.12.2022
NTN-B	15.08.2024	14.557	60.470	NTN-B	15.08.2024	14.557	57.796	2.674
NTN-B	15.08.2026	1.760	7.449	NTN-B	15.08.2026	1.760	8.022	(573)
NTN-B	15.08.2028	4.970	21.406	NTN-B	15.08.2028	4.970	23.285	(1.879)
NTN-B	15.08.2030	14.756	64.560	NTN-B	15.08.2030	14.756	59.051	5.509
NTN-B	15.05.2035	13.558	60.358	NTN-B	15.05.2035	13.558	53.409	6.949
NTN-B	15.08.2040	10.370	47.988	NTN-B	15.08.2040	10.370	41.095	6.893
NTN-B	15.05.2045	8.418	39.182	NTN-B	15.05.2045	8.418	28.407	10.775
NTN-B	15.08.2050	<u>17.100</u>	<u>81.856</u>	NTN-B	15.08.2050	<u>17.100</u>	<u>81.639</u>	<u>217</u>
		<u>85.489</u>	<u>383.269</u>			<u>85.489</u>	<u>352.704</u>	<u>30.565</u>

4.3.4.2. Plano Contribuição Definida (modalidade BSPS)

Considerando a mesma metodologia mencionada no item anterior, a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2022, demonstrados no quadro abaixo apresenta resultado positivo de R\$ 9.579.

NTN-B's calculadas à taxa de juros da avaliação atuarial				NTN-B's ao custo amortizado				Ajuste de precificação
Título	Vencimento	Quantidade	31.12.2022	Título	Vencimento	Quantidade	31.12.2022	31.12.2022
NTN-B	15.05.2023	400	1.622	NTN-B	15.05.2023	400	1.611	11
NTN-B	15.08.2024	2.100	8.836	NTN-B	15.08.2024	2.100	8.641	195
NTN-B	15.08.2030	4.450	20.498	NTN-B	15.08.2030	4.450	18.815	1.683
NTN-B	15.08.2032	667	3.147	NTN-B	15.08.2032	667	2.695	452
NTN-B	15.05.2035	1.950	9.366	NTN-B	15.05.2035	1.950	8.697	669
NTN-B	15.08.2040	5.400	27.507	NTN-B	15.08.2040	5.400	22.256	5.251
NTN-B	15.08.2050	<u>2.200</u>	<u>11.938</u>	NTN-B	15.08.2050	<u>2.200</u>	<u>10.620</u>	<u>1.318</u>
		<u>17.167</u>	<u>82.914</u>			<u>17.167</u>	<u>73.335</u>	<u>9.579</u>

5 PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos do referido grupo estão demonstrados a seguir:

	Saldo 2021	Adição (+)	Depreciação/ Amortização (%)	Baixa (-)	Saldo 2022
Permanente	799	176	(271)	(59)	647
Imobilizado	472	103	(140)	-	437
Móveis e Utensílios	179	-	(26)	-	153
Máquinas e Equipamentos	47	3	(18)	-	33
Equipamentos de Informática	49	34	(31)	-	53
Software	192	65	(64)	-	193
Aparelhos Cinematográficos	5	1	(1)	-	5
Intangível	327	73	(131)	(59)	210
Desenvolvimento de Software	75	73	-	(59)	89
Benefícios em Imóveis Terceiros	252	-	(131)	-	121

6 EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. Gestão Previdencial

Registra os valores a pagar assumidos nos Planos de Benefícios e as retenções a recolher incidentes sobre estes.

	2022			2021		
	BD	CD	Consolidado	BD	CD	Consolidado
Pensão	1	-	1	2	-	2
Retenções de Tributos	457	904	1.361	397	852	1.249
Outros Credores	157	-	157	-	-	-
	615	904	1.519	399	852	1.251

6.2. Gestão Administrativa

Registra os valores a pagar assumidos no PGA da Entidade, inclusive as provisões de férias e 13º salário dos empregados e as retenções a recolher incidentes sobre estes.

	2022			2021		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	PGA BD	PGA CD	Consolidado
Provisões Férias	404	-	404	400	-	400
Obrigações Trabalhistas	688	-	688	681	-	681
Encargos/Tributos a Recolher	230	32	262	228	32	260
Prestadores de Serviços	158	17	175	206	26	232
	1.480	49	1.529	1.515	58	1.573

7 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões para contingências passivas referem-se aos processos de natureza previdencial e trabalhista relacionados ao plano de benefício BD e administrativo, nos quais a PREVIG é

parte no pólo passivo, e foram classificadas pela Assessoria Jurídica segundo a probabilidade de perda abaixo:

Risco	2022	2021	Situação
1 - Provável ^(*)	887	1.714	Provisionado
2 - Possível	2.077	1.789	Não Provisionado
3 - Remoto	16.370	14.237	Não Provisionado
	19.334	17.740	

(*) Entre os totais, R\$ 66 e 95, respectivamente aos anos 2022 e 2021, se referem ao processo trabalhista descrito no item 7.2

No quadro abaixo, são demonstrados os principais riscos por natureza:

Risco	2022			2021		
	Trabalhista	Previdencial	Total	Trabalhista	Previdencial	Total
Provável	218	669	887	576	1.138	1.714
Possível	-	2.077	2.077	1.230	559	1.789
Remoto	16.370	-	16.370	5.982	8.255	14.237
	16.588	2.746	19.334	7.788	9.952	17.740

7.1. Gestão Previdencial

Os processos judiciais interpostos por participantes assistidos possuem valor estimado de R\$ 19.268, dos quais R\$ 821 (R\$ 1.619 em 2021) encontram-se provisionados devido à indicação da consultoria jurídica e da Administração quanto a sua provável realização.

Ressalta-se que, muito embora alguns desses processos tenham sido ajuizados contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS (“Fundação ELOS”), ex-administradora do plano BD, a responsabilidade legal é da PREVIG, haja vista a transferência dos ativos e passivos dos participantes reclamantes de uma entidade para a outra.

A patrocinadora Engie Brasil Energia declarou, em carta formal, que irá assumir os custos e despesas de responsabilidade da patrocinadora das ações decorrentes de reclamações de natureza trabalhista, havendo sentença favorável à parte contrária, incluindo o impacto nas Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios decorrente de eventual revisão do valor de aposentadoria paga aos Participantes. Por esse motivo a PREVIG registrou no seu ativo realizável, o compromisso assumido com a patrocinadora Engie Brasil Energia, no valor de R\$ 152 relativos aos reembolsos dos processos judiciais mencionados no risco provável.

7.2. Gestão Administrativa

Como consequência de uma ação trabalhista promovida contra a PREVIG, à Entidade mantém registrado, em dezembro de 2022, no plano de gestão administrativa – PGA, o valor contingencial de R\$ 66 (R\$ 95 em 2021). Em 2022, o valor do processo sofreu redução em decorrência de reavaliação frente a realidade atual, por estar em ação rescisória, e a fase de execução tratar de montante residual. O entendimento da assessoria jurídica da PREVIG foi favorável ao ajuste do

contingencial. O processo foi movido por ex-colaborador, cujo objeto refere-se à indenização por doença de trabalho e dano moral, e se encontra em fase de julgamento.

8 PATRIMÔNIO SOCIAL

8.1. Patrimônio Social

Formado pelo patrimônio de cobertura dos Planos Previdenciais e pelos Fundos Previdenciais, Administrativos e dos Investimentos.

8.2. Hipóteses Atuariais

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) adotadas pelo plano, realizados em conformidade com a Instrução PREVIC nº 33/2020, no qual adequação das premissas a serem utilizadas na avaliação atuarial deve ser testada em estudo específico, considerando também as diretrizes estabelecidas na Portaria PREVIC nº 835/2020.

Os estudos de adequação são segregados em dois estudos: de convergência (para a premissa financeira de taxa de juros real anual) e de aderência (para as premissas biométricas, demográficas e econômicas).

Os estudos de aderência que fundamentam as premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial foram realizados no exercício de 2022, conforme documento Mirador 1035/22, e apresentam validade até o exercício de 2025.

Já o estudo de convergência da taxa de juros real anual apresentado no documento Mirador 1036/2022 foi realizado no exercício de 2022. Este estudo tem validade de 01(um) ano, devendo este ser realizado novamente durante o exercício de 2023, conforme item II do Art. 35 da Instrução PREVIC nº 33/2020.

As premissas adotadas pelo plano foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVIG, em sua 100ª Reunião Ordinária, realizada em 26/07/2022, em que foram apresentados os resultados dos estudos de adequação das hipóteses realizados pela Mirador, conforme legislação aplicável ao encerramento do exercício de 2021.

Plano de Benefício Definido – BD

Premissas	2022	2021
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	4,83% a.a.	5,04% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	100%	100%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%	98,00%
Plano de Custeio vigente	Contribuição Normal de Ativos (com contrapartida do Patrocinador) e Assistidos. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.	Contribuição Normal de Ativos (com contrapartida do Patrocinador) e Assistidos. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.
Taxa de Carregamento	-	-
Taxa de Administração	-	-
Taxa de Crescimento Real Salarial	0,00% a.a.	0,00% a.a.

Quanto às hipóteses econômicas e financeiras, o Conselho Deliberativo aprovou a redução no Plano BD da taxa real de juros de 5,04% ao ano para 4,83% ao ano. A referida taxa está adequada ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos do Plano BD e encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018 e Instrução Normativa PREVIC nº 33/2020, que, considerando a duração do passivo do Plano BD¹ no encerramento do exercício anterior, de 9,4211 anos, resulta em um limite inferior de 3,10% a.a. (3,25% a.a. em 2021) e um limite superior de 4,83% a.a. (5,04% a.a. em 2021), conforme limites apresentados na Portaria PREVIC nº 373 de 2022 e o disposto na Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018.

Premissas	2022	2021
Biométricas		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Male Suavizada em 10%	Tábua AT-2000 Male Suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Tábua Light Média	Tábua Light Média
Mortalidade de inválidos	AT-83 Male (IAM)	AT-83 Male (IAM)
Demográficas		
Rotatividade (<i>turnover</i>)	N/A	N/A
Entrada de novas gerações	O plano não permite o ingresso de novos participantes	O plano não permite o ingresso de novos participantes
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva

(*) Família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 5 anos mais velho do que mulher e 85% do grupo casado.

¹ Duração do passivo do Plano BD – corresponde ao exercício de 2021, dado que o ano de referência da avaliação atuarial é 2022. Em 2020 foi de 9,40 anos.

Plano de Contribuição Definida – CD (modalidade BSPS)

Premissas	2022	2021
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	3,96% a.a.	3,96% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	N/A	N/A
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%	98,00%
Plano de Custeio vigente	Apenas Aposentados pagam contribuição normal. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.	Apenas Aposentados pagam contribuição normal. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.
Taxa de Carregamento	-	-
Taxa de Administração	-	-
Taxa de Crescimento Real Salarial	N/A	N/A

Quanto às hipóteses econômicas e financeiras, o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção na modalidade BSPS do Plano CD da taxa real de juros de 3,96% ao ano. A referida taxa está adequada ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos do Plano CD, parcela BSPS, e encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018 e Instrução Normativa PREVIC nº 33/2020, que, considerando a duração do passivo do Plano CD, parcela BSPS², no encerramento do exercício anterior, de 10,9181 anos, resulta em um limite inferior de 3,16% a.a. (3,29% a.a. em 2021) e um limite superior de 4,91% a.a. (5,11% a.a. em 2021), conforme limites apresentados na Portaria PREVIC nº 373 de 2022 e o disposto na Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018.

Premissas	2021	2020
Biométricas		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Male Suavizada em 10%	Tábua AT-2000 Male Suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Tábua Light Média	Tábua Light Média
Mortalidade de inválidos	AT-83 Male (IAM)	AT-83 Male (IAM)
Demográficas		
Rotatividade (<i>turnover</i>)	N/A	N/A
Entrada de novas gerações	Nula	Nula
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva.	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva.

(*) Família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 4 anos mais velho do que mulher e 85% do grupo casado.

² Duração do passivo do Plano BSPS – corresponde ao exercício de 2021, dado que o ano de referência da avaliação atuarial é 2022. Em 2020 foi de 11,21 anos.

8.2.1. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são constituídas sob as bases atuariais apuradas pela empresa Mirador Atuarial, responsável pelos Planos de Benefícios BD e CD, administrados pela Entidade, as quais foram documentadas através do Relatório da Avaliação Atuarial Planos BD e CD nº

0297/2023, e seus anexos, emitido em fevereiro de 2023, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

De acordo com o relatório, o patrimônio de cobertura do plano, constituído através das provisões matemáticas é composto da seguinte forma:

	2022			2021		
	Plano BD	Plano CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Benefício Concedidos						
Saldo de contas	-	583.406	583.406	-	508.445	508.445
Valor Atual de Benefícios Futuros	<u>418.176</u>	<u>81.781</u>	<u>499.957</u>	<u>400.390</u>	<u>77.786</u>	<u>478.176</u>
	418.176	665.187	1.083.363	400.390	586.231	986.621
Benefícios a Conceder						
Saldo de contas	-	657.415	657.415	-	630.251	630.251
Valor Atual de Benefícios Futuros	1.118	6.908	8.026	1.425	7.532	8.957
Valor Atual de Contribuições Futuras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	1.118	664.323	665.441	1.425	637.783	639.208
	<u>419.294</u>	<u>1.329.510</u>	<u>1.748.804</u>	<u>401.815</u>	<u>1.224.014</u>	<u>1.625.829</u>

8.2.2. Benefícios Concedidos

8.2.2.1. Saldo de Contas

O Saldo de Contas no valor de R\$ 583.406 (R\$ 508.445 em 2021), refere-se ao Saldo de Contas Total dos participantes e dependentes em gozo de renda mensal de aposentadoria ou pensão por morte do Plano CD (exceto BSPS).

8.2.2.2. Valor Atual dos Benefícios Futuros

O Valor Atual dos Benefícios Futuros, no valor de R\$ 499.957 (R\$ 478.176 em 2021), corresponde aos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada do Plano BD e da modalidade BSPS do Plano CD.

8.2.3. Benefícios a Conceder

8.2.3.1. Saldo de Contas

O valor de R\$ 657.415 (R\$ 630.251 em 2021), refere-se ao Saldo de Conta Total dos participantes que ainda não estão em gozo de renda mensal de aposentadoria do Plano CD (exceto BSPS).

O valor de R\$ 8.026 (R\$ 8.957 em 2021), corresponde aos valores dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual, que ainda não estão em gozo de benefícios de prestação continuada, do Plano BD e da modalidade BSPS do Plano CD.

8.2.3.2. Valor Atual das Contribuições Futuras

Não foram provisionados recursos referentes ao valor atual das contribuições futuras, pois na data da base cadastral de avaliação (31/10/2022) existia apenas 01(um) único ativo do Plano BD já elegível a benefício em 2021.

9 RESULTADOS REALIZADOS

9.1. Plano de Benefícios Definidos - BD

O Resultado da Avaliação Atuarial demonstrou que o Plano BD apresenta, em 31/12/2022, um déficit técnico acumulado de R\$ 40.434 (R\$ 41.102 em 2021), equivalentes a 9,64% (10,23% em 2021) das provisões matemáticas do Plano BD no valor de R\$ 419.294 (R\$ 401.815 em 2021).

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela PREVIG em R\$ 30.566, no ano de 2022, o resultado técnico ajustado do plano encontra-se deficitário em R\$ 9.868 equivalente a 2,35% das provisões matemáticas do plano.

Portanto, apesar do resultado técnico ajustado se apresentar negativo, ele está dentro dos limites de solvência vigentes e assim considera-se que o plano se encontra em situação de equilíbrio econômico-atuarial.

	2022	2021
Patrimônio de Cobertura	<u>378.860</u>	<u>360.713</u>
Provisões Matemáticas	419.294	401.815
(+) Passivo Atuarial	419.294	401.815
(+) (Déficit) Acumulado	(40.434)	(41.102)
(+) Ajuste de Precificação	30.566	24.421
(=) (Déficit) Acumulado (Ajustado)	(9.868)	(16.681)

Considerando o disposto na legislação, bem como os resultados apurados em 2022, os limites de déficit técnico acumulado são apresentados no quadro abaixo:

Plano Benefício	Duração Passivo	Limite de Tolerância	% de ETA deficitário	% Déficit Técnico Após Ajuste de Precificação
Plano BD	9,3181	19,32%	5,32%	2,35%

9.1.1. Análise da Rentabilidade

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2022, foi de 12,10% (16,20% em 2021) contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,32% (17,03% em 2021 e INPC acumulado em 2021, de 10,61%, acrescido da taxa real de juros de 5,47%), o que, em termos reais, representou obter 5,78% (4,95% em 2021) contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,04% ao ano estabelecida para 2022 (4,00% em 2021), tomando como indexador base, o INPC do IBGE.

A premissa taxa real de juros anual foi alterada de 5,04% a.a. para 4,83% a.a. Esta alteração resultou em uma elevação das provisões matemáticas do Plano BD de R\$ 7.779, o equivalente a 1,86% (3,76% em 2021) do montante de provisões matemáticas do plano.

9.2. Plano de Contribuição Definida – CD (modalidade BSPS)

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano CD (parte BSPS) apresenta, em 31/12/2022, um superávit técnico acumulado de R\$ 4.330 (R\$ 3.372 em 2021), equivalente a 4,88% (3,95% em 2021) das provisões matemáticas do plano na modalidade de benefício definido.

	2022	2021
Patrimônio de Cobertura	93.019	88.689
Provisões Matemáticas	88.689	85.318
(+) Passivo Atuarial	88.689	85.318
(+) Superávit Acumulado	4.330	3.372
(+) Ajuste de Precificação	9.579	8.402
(=) Superávit Acumulado (Ajustado)	13.909	11.774

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela PREVIG em R\$ 9.579, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 13.909, equivalente a 15,68% das provisões matemáticas do plano na modalidade de benefício definido. Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano CD (parte BSPS) encontra-se tecnicamente equilibrado.

Plano Benefício	Duração Passivo	Limite de Tolerância	% de ETA deficitário	% Déficit Técnico Após Ajuste de Precificação
Plano BSPS	10,6835	20,68%	6,68%	15,68%

9.2.1. Análise da Rentabilidade

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste plano, ao longo de 2022, foi de 11,60% (14,00% em 2021) contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,17% (15,35% em 2021 e INPC acumulado em 2021, de 10,61%, acrescido da taxa real de juros de 3,96%), o que, em termos reais, representou obter 5,31%. (2,74% em 2021) contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 3,96% ao ano estabelecida para 2022 (3,96% em 2021), tomando como indexador base, o INPC do IBGE.

A premissa taxa real de juros anual foi mantida em 3,96% a.a. e por isso o impacto foi nulo nas provisões matemáticas do BSPS.

9.3. Plano de Contribuição Definida – CD (exceto BSPS)

A parcela do ativo líquido deste plano comprometida com as contas individuais de participantes obteve, durante os exercícios de 2022 e 2021, os percentuais de rentabilidade nominal líquida, por perfil, da seguinte ordem:

Plano CD - CNPB - 2004002492

Tipo Perfil	Qtde de Participantes	Volume de Recursos	Rentabilidades (%)	
			2022	2021
Perfil DI	1.000	556.535	12,54	4,91
Perfil MIX 0	933	301.425	9,35	3,73
Perfil MIX I	513	185.894	7,91	2,76
Perfil MIX II	279	72.331	5,74	0,87
Perfil MIX III	461	94.419	4,46	(1,21)
Perfil MIX IV	63	7.835	3,16	(2,95)
Perfil MIX V	174	22.382	1,82	(4,81)
Total Geral	3.423	1.240.821	9,16	2,12

O total geral de participantes deste quadro é divergente do total do quadro composição populacional do plano de benefício e idade média, demonstrado no item 1. Isso porque 04(quatro) participantes que possuem recurso aplicados na PREVIG solicitaram o cancelamento do plano CD-PURO não tendo direito aos benefícios do plano, restando apenas a restituição do recurso ao se desligarem da patrocinadora.

10 FUNDOS

10.1. Gestão Previdencial

O Fundo da Gestão Previdencial é constituído pela aplicação de multa por eventual atraso de pagamento de contribuições, de acordo com o inciso III do Art. 51, e pelas sobras de contribuições previstas no Art. 56 do Regulamento do Plano CD acrescido da rentabilidade obtida no exercício.

10.2. Gestão Administrativa

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido da rentabilidade obtida no exercício.

10.3. Investimentos

Os Fundos para Garantias das Operações com Participantes, denominado Fundo para Cobertura de Empréstimos, é constituído para cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de falecimento ou inadimplência dos mesmos. A evolução dos referidos fundos foi a seguinte:

	Previdencial	Administrativo	Investimentos	Total
SalDOS em 31/12/2021	714	3.444	2.243	6.401
Constituição	181	1.191	102	1.474
SalDOS em 31/12/2022	895	4.635	2.345	7.875

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Levi Nagano
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 274.653.298-09

Regina de Souza
Diretora de Seguridade
CPF 411.288.189-49

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/O-9
CPF 775.852.249-15